

# Suplicy quer que Senado investigue Miranda

Lyla Marques/Folha Imagem 13.11.95



O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) vai pedir que a Corregedoria do Senado Federal investigue as suspeitas de envolvimento do senador Gilberto Miranda (PMDB-AM) em irregularidades no Projeto Sivam (Sistema de Vigilância da Amazônia).

Suplicy também vai requerer, desta vez à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), a convocação do embaixador Júlio César Gomes dos Santos, exonerado ontem. Gilberto Miranda é o presidente da comissão.

O projeto Sivam foi aprovado pelo Senado em dezembro do ano passado, com esforço e parecer favorável do senador Gilberto Miranda, que escolheu a si próprio para relatá-lo.

**Milhões** — O contrato com a empresa norte-americana Raytheon, vencedora da licitação ao lado da brasileira Esca, foi assinado em maio deste ano.

Do valor total do empreendimento (US\$ 1,4 bilhão), US\$ 360 milhões seriam destinados à Esca, responsável pela integração do projeto no Brasil, incluindo as obras civis, no valor de US\$ 110 milhões.

A Esca foi afastada do processo depois de diversas denúncias de irregularidades contra a empresa, feitas sobretudo pelo deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP).

Uma das principais irregularidades apontadas era a de sonegação fiscal.

A empresa faliu e o Ministério da Aeronáutica absorveu as suas atribuições no projeto. A partir daí, o comportamento do senador Gilberto Miranda mudou.

**“Sei tudo”** — Ele que se esforçara tanto para aprovar o programa, começou a trabalhar em sentido contrário.

Em conversa com o **Correio Braziliense**, três semanas atrás, Miranda disse que o governo não tinha coragem de pressioná-lo muito, porque ele sabia muita coisa. “Sei tudo sobre o Sivam”, afirmou à época.

A Raytheon, que deveria ficar com US\$ 1 bilhão, acabou levando US\$ 1,3 bilhão. Abocanhou com parte do dinheiro da Esca que deveria ter sido transferido, junto com as atribuições, para a Aeronáutica. Sobraram apenas os US\$ 110 milhões das obras civis.

Há outros pontos nebulosos no contrato. Assim como são nebulosas as relações entre o governo e as empresas vencedoras da licitação.

**Paraíso** — O financiamento do projeto é feito pelo Banco do Brasil, que foi obrigado a tomar empréstimo junto ao Eximbank.

A operação foi realizada por meio da agência do banco localizada no paraíso fiscal de Grand Cayman, no Caribe.

Um dos créditos é no valor de US\$ 1,3 bilhão. O outro é de US\$ 105 milhões. A cada seis meses, o Brasil está pagando US\$ 3,5 milhões pela não utilização do dinheiro. Já pagou, no total, US\$ 7 milhões.

Aos integrantes da Comissão de Assuntos Econômicos foi dito que o *software* (programa de computador) do sistema seria desenvolvido pela Esca.

Com a saída da empresa, seria então do Ministério da Aeronáutica, que contratou todos os técnicos dela, por quatro anos.

No contrato assinado pelo ministro da Aeronáutica, Mauro Gandra, em diversos trechos se diz que a empresa norte-americana Raytheon é responsável também pelo fornecimento do *software*.

O senador Eduardo Suplicy acha “muito nebulosas” as relações entre as autoridades brasileiras e as empresas envolvidas no processo.

Segundo ele, “o Senado só pode aprovar o projeto depois de esclarecidas todas as questões duvidosas”.